

Sexualidade, Cultura e Transgeracionalidade: Atravessamentos e Reflexões

Sexuality, Culture and Transgenerationality: Crossings and Reflections

Nathiele Tapia Schönhofen¹

Marli Kath Sattler²

Resumo

Em diversos momentos da história e ainda hoje, a sexualidade é um tema rodeado de tabus e segredos. Mas afinal de contas, como esse tema vital se tornou algo tão “proibido”? Por meio de uma retomada histórica sobre a sexualidade, nos deparamos com diferentes papéis de gênero e entendimento sobre a atividade sexual. Buscamos compreender e explicar o papel da família e na transmissão e perpetuação de discursos positivos e negativos sobre a sexualidade. O presente estudo tem o objetivo de discutir os atravessamentos dos temas sexualidade, cultura e transgeracionalidade, por meio de uma revisão narrativa da literatura. Utilizamos as bases de dados PubMed, Scielo e Lilacs e selecionamos publicações no intervalo dos últimos 10 anos.

Palavras-chaves: sexualidade, transgeracionalidade, comportamento sexual

Abstract

At different times in history and even today, sexuality is a topic surrounded by taboos and secrets. But after all, how did this vital topic become something so “forbidden”? Through a historical review of sexuality, we are faced with different gender roles and understanding of sexual activity. We seek to understand and explain the role of the family and the transmission and perpetuation of positive and negative discourses about sexuality. The present study aims to discuss the crossings of sexuality, culture and transgenerationality, through a narrative

¹ Psicóloga graduada pela PUCRS, especialista em Psicologia Clínica – CRPRS; pós-graduada em Terapia de Família, Casal e Sexualidade, Domus Porto Alegre; pós-graduada em Neuropsicologia, pela (PUCRS); associada aspirante AGATEF.

² Psicoterapeuta, mestre em Psicologia Clínica — PUCRS, sócia-fundadora, membro da coordenação, docente e supervisora do Domus, Centro de Terapia Individual, Casal e Família; sócia-fundadora da AGATEF e ABRATEF.

review of the literature. We used PubMed, Scielo and Lilacs databases and selected publications in the last 10 years.

Keywords: sexuality, transgenerationality, sexual behavior.

Introdução

Durante muito tempo a sexualidade, bem como a educação sexual, se resumiram às explicações biológicas, destinadas à reprodução humana e prevenção de doenças. Ainda hoje se encontram diversos tabus sobre como comunicar e abordar o tema da sexualidade em diferentes espaços. Durante a década de 80, houve movimentos teóricos e científicos na esperança de implementar projetos de educação sexual. Atualmente, bem como na década de 80 e 90, as propostas de abordagem do tema seguem sendo voltadas às concepções religiosa, médica, pedagógica e política.

Em cada uma dessas concepções, podemos observar diferentes bases: na religiosa, a base moral e eclesiástica; na médica, uma grande priorização biológica e fisiológica, por vezes voltada às disfunções e medicalização do sexo; enquanto que na base pedagógica, inúmeras tentativas de desenvolver projetos de educação sexual nas escolas públicas e privadas seguem, entretanto, sem apoio oficial sobre essa questão; por fim, mas não menos importante, a base política nos abre a possibilidade de (re)pensar valores, discriminações e preconceitos, mas principalmente estimula que possamos vivenciar a sexualidade de forma saudável, prazerosa, com responsabilidade e liberdade. No entanto, a abordagem política está diretamente ligada aos movimentos culturais e às representações sociais de sexualidade (Santos et al., 2019, Vieira et al., 2016). Então, em grande escala, seguimos propiciando uma educação sexual rasa ou inexistente para além das aulas de ciências sobre a reprodução humana.

Ainda hoje não há abertura para o diálogo e tão pouco a exploração do tema da educação sexual de forma que as pessoas possam se apropriar desse saber e exercitar sua sexualidade de forma satisfatória. O que podemos observar na literatura e, também, por meio da prática clínica é um estímulo social ou da cultura para que o tema do sexo, sexualidade e afins sigam

sendo tabus. Quando não se abre essa porta para o diálogo, estamos contribuindo para uma lacuna no caminho de crianças e adolescentes, que acabam expostos aos riscos de abusos, traumas emocionais e psicológicos de uma prática sexual frustrada, bem como às infecções sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada. A privação de acesso à educação e saúde sexual ferem diretamente o respeito e proteção de determinados direitos humanos (WHO, 2015, Gonçalves et al., 2013).

A sexualidade pode ser entendida como algo que dá valor e sentido à experiência humana, desempenhando uma função vital na vida do indivíduo. Ela contém múltiplos atravessamentos, sendo eles: psicológicos, biológicos, culturais, sociais, políticos, econômicos, religiosos, históricos, legais e espirituais, bem como familiares e transgeracionais. O termo sexualidade é amplo e abrange identidade e papéis de gênero, orientação sexual, prazer, erotismo, intimidade, reprodução e o sexo em si. A mesma pode ser manifestada e experienciada por meio de crenças, comportamentos, valores, pensamentos, desejos, fantasias, papéis e relacionamentos (WHO, 2015, Vieira et al., 2016).

A sexualidade humana é rodeada de tabus e consequentemente de curiosidades e segredos. Pensando nisso, nos surgem questionamentos sobre como se perpetuam as comunicações intrafamiliares sobre a sexualidade; de que forma os genitores se permitem ou não falar sobre o tema, baseado em suas experiências transgeracionais e pessoais; se seria um movimento natural para os genitores que lidam com a própria sexualidade de forma fluída, ou, independente da compreensão e vivência, sempre será uma tarefa árdua para as famílias.

Para realização deste estudo escolhemos utilizar a revisão de literatura, a qual consiste em reunir e avaliar criticamente as publicações prévias sobre o assunto selecionado (APA, 2010). Na revisão de literatura os autores determinam e elucidam uma determinada problemática. Sendo assim, pretendemos sintetizar e transmitir aos leitores o ponto em que se encontra o desenvolvimento e intersecções possíveis das temáticas de sexualidade e transgeracionalidade em família (Hohendorff, 2014). Utilizamos as bases de dados PubMed, Scielo e Lilacs e procuramos selecionar publicações no intervalo dos últimos 10 anos.

Sexualidade e Representação Social

Quando pensamos e analisamos os fatos históricos ao longo do desenvolvimento da civilização até o Século XXI, podemos observar que, assim como a infância, a sexualidade é uma construção social. Durkheim trazia entre seus conceitos a representação coletiva, que mais tarde deu origem ao entendimento da Psicologia Social sobre as representações sociais. As representações sociais são um conjunto de práticas, valores e ideias, com a função de determinar e reger uma ordem, que favorece que as pessoas se organizem em seu mundo social e material. Também viabilizam que a comunicação ocorra entre os membros de uma comunidade, dando-lhes uma ferramenta de nomear e codificar as várias nuances de seu mundo e histórias individuais e sociais (Vieira et al., 2016, Moscovici, 2010).

O processo de formação das representações sociais é fundamental, pois possibilita a produção e articulação entre as condições sociais e as atividades cognitivas. Seu funcionamento e produção pode ser entendido por meio dos processos de objetivação e ancoragem. A objetivação é o processo em que o indivíduo materializa as significações que internalizou, ou seja, tornar concreto o que é abstrato. Dissocia e simplifica de seu cenário original certas informações, relacionando ao contexto e conhecimento do sujeito e de seu grupo. Já o processo de ancoragem transporta o que é desconhecido para nós, para o nosso sistema de referência, que faz um entendimento e comparativo com os elementos que já são conhecidos. Ou seja, a ancoragem é o que liga o sistema de conceitos pré-existentes na sociedade ao nosso sistema de pensamento, possibilitando novas interpretações da realidade (Vieira et al., 2016).

Pensando em termos de sexualidade, Vieira et al. (2016) e Araújo et al. (2013) levantam a discussão sobre as representações sociais da sexualidade feminina por meio da pesquisa qualitativa com diferentes gerações de mulheres. Mesmo tendo uma pequena diferença de tempo entre os dois estudos, em ambos as atividades sexuais são trazidas pelas participantes, principalmente na faixa etária de 35 a 65 anos, como uma das obrigаторiedades do casamento, sendo papel da esposa realizar o ato sexual pelo marido.

Entretanto, o estudo de Vieira et al. (2016) que conta com uma amostra de faixa etária entre 15 e 59 anos, apresenta que em todas as gerações entrevistadas o prazer e a afetividade estavam dentro da representação das práticas sexuais. Surgem entre as categorias adolescentes e adultas jovens a valorização da intimidade. Entre as adolescentes, além do elemento da intimidade estar muito presente, também surge a necessidade de confiança na parceria para a atividade sexual. Entre as adultas jovens aparece também o reconhecimento dentro das suas representações a existência das relações hetero e homoafetivas, mas já mostrando a importância da atividade sexual dentro da entidade casamento. Na categoria das adultas de meia-idade, surge com mais força a representação da prática sexual dentro do casamento, como fundamental e necessária e há a inclusão de diferentes práticas sexuais, porém sempre representada pelo envolvimento dos órgãos sexuais e com penetração. Por fim, na categoria de mulheres idosas, surge a diferença de representação da atividade sexual como um complemento às demonstrações de atenção, afeto, cuidado para com o outro, sendo ressaltada a visão de que vivenciar a sexualidade não se resume apenas a ter uma vida sexualmente ativa, mas sim exercitar o afeto, cuidado pelo parceiro, bem como o sentir-se amada, protegida e poder expressar a importância e o lugar que o outro ocupa na sua vida (Santos et al., 2014).

O papel de homens e mulheres dentro do cenário sexual foi se modificando ao longo da história. Problematicar as construções sociais da sexualidade geradas por meio da história não é negar as diferenças biológicas e anatômicas ou tão pouco ignorar o momento cultural de cada cenário; mas sim, abrir a possibilidade de discussão dos prejuízos às individualidades e as formas de vivenciar seu corpo, bem como de perpetuar os diálogos ou segredos sobre o sexo dentro do ambiente familiar (Barros e Miranda, 2019, Botton et al., 2015).

Desde os tempos mais remotos, a sexualidade acompanha o homem e influencia a sua conduta social, compondo elementos da personalidade, apoiando modos de ser, sentir, comunicar, manifestar, expressar e vivenciar o amor (Barros e Miranda, 2019, Gonçalves et al., 2013).

No trabalho de Barros e Miranda (2019), somos conduzidos a uma retomada histórica desde os primórdios da civilização. No período Paleolítico havia a supervalorização da figura feminina, a sexualidade era cheia de significados místicos; a fertilidade era concebida como sagrada e divina; as comunidades eram comandadas por mulheres e imperava o período do matriarcalismo. No período Neolítico, momento em que houve uma nova organização social em função da diminuição da atividade de caça, início do cultivo, pastoreio e, também, das primeiras formas de religião, surge o poder patriarcal. Com essa mudança, o homem passou a exercer a função de líder, pai e chefe, enquanto a figura feminina passou ao papel de semiescravidão cultural. Tal mudança nos papéis sociais, impactou diretamente na representação dos deuses, a criação de leis e organização militar.

Chegando à Antiguidade, pode-se observar que o modelo patriarcal seguiu forte por meio do povo Hebreu e dos Gregos. Para os Hebreus o sêmen era a fonte da vida e do próprio homem, sendo a mulher apenas um receptáculo do sêmen masculino. Dentro desta organização social, a homossexualidade e a masturbação eram proibidas e condenadas, sendo vistas como um desperdício de sêmen e um desagrado a Deus. O sexo tinha o propósito da procriação, e o aborto era crime e visto como uma forma de negar ao pai o direito de sobreviver por meio do filho.

Entretanto, na sociedade Grega, apesar de seguir um modelo patriarcal forte, as relações sexuais eram mais livres e poderiam ocorrer entre os deuses, os deuses e os homens, homens e mulheres, bem como com pessoas do mesmo sexo. O casamento dentro dessa organização social tinha o objetivo econômico, ou seja, possibilitando prestígio e direitos de propriedade. Foucault (2011) afirma que ao marido, dentro da sociedade grega, só era proibido assumir outro casamento. Ele era livre para ter relações sexuais indiferente do vínculo matrimonial, sendo praticado e aceito frequentar prostitutas e até mesmo ter um amante, sem contar com os escravos homens e mulheres à sua disposição.

Até este momento histórico fica clara a mudança de paradigma, papéis e representação social da sexualidade. Passamos da figura feminina extremamente valorizada, sagrada e divina por meio da sua fertilidade, à representação feminina da sexualidade à submissão,

repressão, voltada para religião e procriação. A mulher passou a não ter voz, concebida como objeto para satisfazer as vontades de seu marido ou pai, enquanto o homem assumiu uma posição de honra, podendo exercitar sua sexualidade de forma livre, dentro ou fora do casamento, sem restrições.

Chegando à Idade Média e Moderna, no Ocidente podemos observar o movimento da Igreja, desde os Séculos I e VII, sendo possível encontrar registros de orientações sobre as relações sexuais. Eram proibidas as práticas do adultério, prostituição e homossexualidade. Há relatos na história, de que quando a Igreja Católica atingiu o auge do seu poder, havia punições como queimar as partes íntimas ou enforcamento, caso uma ou mais pessoas fossem flagradas em ato sexual. Havia até mesmo a teoria de que a desobediência de Adão e Eva permanecia na humanidade, que o sexo e a luxúria eram vergonhosos, tanto quanto toda criança que nascia, pois nascia em pecado. Essa teoria perpetuada pela Igreja estruturou a moral sexual da época, tornando a moral cristã rígida, negativa, punitiva e proibitiva sobre a utilização de métodos contraceptivos e interrupção do ato sexual.

O sexo seguia na representação e posição de uso único e exclusivo da procriação, enquanto no Oriente, mais especificamente na China e na Índia, a realidade em relação à sexualidade era diferente. Associava-se a ideia de longevidade, felicidade e imortalidade ao convívio harmonioso do homem com a natureza. Indianos e chineses compreendiam o sexo como um ato sagrado, que deveria ser praticado de modo consciente e frequente, para aproximar-se da harmonia interna e com a natureza. Na Idade Média a mulher segue no papel de objeto à serviço dos desejos do marido. A família não existia como o vínculo afetivo ou de valor, mas sim como uma forma institucionalizada e autorizada pela Igreja para transmissão da linhagem, do nome e patrimônio, ou seja, novamente a procriação no papel central da vivência da sexualidade (Barros e Miranda, 2019, Vieira et al., 2016, Foucault, 2011).

Na Idade Moderna começou-se a ver um movimento em direção à liberdade sexual, sendo descrito como um mundo profano, liberal, crítico e que prioriza a razão em detrimento da fé, indo contra os dogmas medievais. A Renascença Italiana possibilitou um novo momento cultural, onde as mulheres passam a gozar de direitos equiparados aos homens, trazendo um

novo significado de representações para a sociedade da época. Nestas novas representações o homem deveria abandonar o ideal de cavaleiro medieval, para assumir o perfil de cavalheiro, educado e de “maneiras perfeitas”. Houve também um novo entendimento da nudez feminina, mudando a norma de que o corpo era algo feio, sujo e lugar de pecado, para uma expressão de beleza e motivo de enaltecimento. Partindo desse novo entendimento, as relações sexuais também ganharam um novo sentido, indo além da procriação (Barros e Miranda, 2019).

Entretanto, em meio aos movimentos da Reforma Protestante e a Contrarreforma, tanto católicos como protestantes acabaram inseridos, novamente, no paradigma onde a sexualidade e o ato sexual eram sinônimos de vergonha, pecado e proibição. Como ferramenta de controle e punição, tanto a Igreja Católica quanto a Protestante utilizaram do recurso da confissão como ato de controle, repressão e penitência (Barros e Miranda, 2019, Foucault, 2011).

Com passar do tempo, com o avanço da tecnologia e o início das expedições marítimas, por volta do Século XVIII, descobriu-se a utilidade do *condom* também como método contraceptivo. Então, o dispositivo passou a ser usado para essa finalidade, principalmente, pelos profissionais que tinham uma grande mobilidade, como marinheiros, caixeiros etc. Na cultura da época, esses profissionais tinham suas esposas, mas também mantinham amantes, famílias e filhos ilegítimos em outras cidades (Barros e Miranda, 2019, Vieira et al., 2016).

Chegando à Idade Contemporânea, mesmo com os avanços da ciência sobre reprodução humana e sexologia, a sociedade do Século XIX ainda mantinha a sexualidade no seio privado do lar. No contexto Vitoriano, o papel da mulher renasce como a guardiã do lar, tendo um comportamento dócil, submisso e recatado sexualmente, sendo fortemente estimulada a reprimir todo e qualquer conhecimento sobre o próprio corpo. O homem, neste contexto, deveria tratar as mulheres de forma delicada e gentil, segundo as normas sociais. Entretanto, essas regras de etiqueta eram cobradas sem que houvesse sido ensinado aos homens como cumpri-las, causando muitas vezes o sentido de constrangimento. Neste momento histórico, era comum que os homens buscassem prostitutas para satisfazerem seus impulsos sexuais,

já que a figura angelical e pura das esposas tornava difícil o processo de excitação. O sexo ganhou a conotação de mecânico e sem qualquer sentimento. Com isso também houve uma expansão da prostituição e, também, das doenças venéreas, que chegaram ao status de epidemia (Barros e Miranda, 2019, Foucault, 2011).

Segundo Barros e Miranda (2019) os próximos movimentos históricos significativos, que geraram mudança nos papéis masculinos e femininos, foram a conquista feminina do direito ao voto, a luta por igualdade de direitos, que ocorreram de forma paralela aos fatos históricos da Greve Geral na Inglaterra em 1926, a quebra da bolsa de Nova York em 1929, a depressão dos anos 30 e a 1ª Guerra mundial. Também tivemos a importante contribuição de Freud, que deu início a uma revolução na representação social da sexualidade, a partir da publicação dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*.

Na década de 60, período pós-guerra, tivemos o movimento hippie que contribuiu para a representação social da nudez em público, o amor livre, a homossexualidade, o retorno à natureza e ao místico. Ainda nessa década tivemos o surgimento da pílula anticoncepcional e a abertura para a possibilidade de vivenciar o sexo pelo prazer e não somente pela reprodução. Houve avanços positivos na representação da sexualidade na década de 60. Entretanto, a prática sexual livre também trouxe antigos fantasmas da saúde sexual: a maior transmissão da AIDS e outras infecções sexualmente transmissíveis, trazendo à tona o paradoxo entre o sexo livre, com riscos, e o moralismo social, proibitivo. O casamento sofreu uma fragilização enquanto instituição social, abriu-se a possibilidade da união estável que conhecemos atualmente, dando ênfase para a afetividade e não tendo mais o objetivo de transmissão de propriedades, títulos e status social (Barros e Miranda, 2019, Vieira et al., 2016).

A partir da década de 70 a promessa da possibilidade de divórcio deu um novo horizonte aos relacionamentos. Agora o casamento já não era a única opção para poder praticar o sexo. Apesar da Igreja ainda pressionar a sociedade para que se mantivesse sexualmente reprimida, os casais foram incorporando métodos contraceptivos para a prática sexual. A popularização das pílulas anticoncepcionais trouxe às mulheres a liberdade de experienciar

sua sexualidade da forma que lhes fosse conveniente. Porém, tal mudança no papel feminino, que agora toma as rédeas do seu prazer, fez com que os homens da época também tivessem que rever os seus comportamentos sexuais. Os homens acabaram se voltando mais às atividades masturbatórias e à pornografia do que às práticas sexuais casuais, passando a ter menos intercursos do que em outros momentos da história.

Chegamos aos Séculos XX e XXI, onde a mídia e a indústria se ocupam de vender estilos de vida, sedução, saúde, bom gosto e exercícios da sexualidade. O corpo ganha o status de objeto, diante de inúmeras campanhas publicitárias divulgando e estimulando a busca da perfeição e impondo padrões de beleza. O sexo passa a ser tratado com banalidade, quando comparado aos demais momentos históricos, e oferecido aos jovens como uma mercadoria valiosa, sendo acessada e consumida de forma fácil por meio da internet, televisão, revistas, livros e rádio (Barros e Miranda, 2019).

Transgeracionalidade e Comunicação Intrafamiliar

Diante deste apanhado histórico sobre a sexualidade, podemos nos debruçar sobre qual papel as famílias desempenham na transmissão de como a sexualidade deve ser vivenciada pelos seus membros. Para tanto, é imprescindível que olhemos para o conceito conhecido como transgeracionalidade, transmissão geracional ou intergeracionalidade. A transgeracionalidade consiste na passagem de crenças, valores, tradições sociais, rituais, padrões de comunicação e relacionamento por meio das gerações familiares, tendo os pais como modelos de identificação e reprodução de comportamentos. Para alguns autores este legado das famílias não se restringe somente à família nuclear, aos cônjuges e aos filhos, mas envolve a família estendida, tendo em vista que os cônjuges outrora receberam os conhecimentos de seus pais (Cardoso e Baptista, 2020, Dal Bello e Marra, 2020, Botton et al., 2015, Wagner, 2014, Groisman, 2012). A transmissão geracional se dá ao longo de todo o desenvolvimento dos membros da família, sendo passada de forma explícita ou implícita, por meio da comunicação verbal ou não verbal.

Segundo Andolfi (2019) a partir das vivências na infância com as figuras significativas do mundo familiar, os membros da família são influenciados por meio das experiências culturais, morais e valores das gerações anteriores. Tais experiências influenciam, sem que o sujeito perceba, nas escolhas e decisões afetivas, sexuais, profissionais etc.

Dal Bello e Marra (2020) exemplificam esse fenômeno de forma figurativa por meio das vozes. Seria como se todos nós tivéssemos as vozes de nossos familiares gravadas em nosso interior. Entretanto, sinalizam que a diferença de um sujeito para o outro seria o volume, intensidade, grau de entendimento e quantidade com que é influenciado por esses elementos familiares.

Falcke e Wagner (2014), ainda ressaltam que em momentos específicos do ciclo vital familiar, todos nós nos depararemos com questões de nossas famílias de origem, indo dos padrões relacionais e rituais até os segredos ou situações mais delicadas.

Cardoso e Baptista (2020) ilustram de forma muito clara a dinâmica da transgeracionalidade com o tema de suporte familiar e estilos parentais. As questões relacionadas ao apoio estão relacionadas diretamente à percepção do indivíduo sobre como suas necessidades foram ou não satisfeitas pela família.

Chang e Colaboradores (2017) reforçam a relevância do apoio familiar para o desenvolvimento das habilidades de socialização e aprendizagem dos filhos, onde os pais podem ser modelos positivos ou não, dependendo de como acolhem e transmitem os conhecimentos. Em modelos positivos, onde o apoio é percebido por meio de ações, atenção, diálogo, estímulo à autonomia, entre outros, são esperadas maiores demonstrações de bem-estar e humor positivo entre os membros da família. Entretanto, em modelos onde os pais passam por situações estressoras e contam com estratégias de enfrentamento ineficazes, os filhos têm maior probabilidade de apresentar baixa autoestima, aumento de sintomas de ansiedade e depressão. Alguns autores afirmam que a presença de apoio positivo durante a infância e adolescência, influencia diretamente na postura dessas pessoas em como serão capazes de reproduzir, transmitir ou modificar positivamente os modelos aprendidos com seus pais (Cross et al., 2018, Tsai et al., 2018, Wong, 2017). Se pensarmos em temas transversais

à sexualidade e ao apoio familiar, podemos ressaltar as situações delicadas de violência doméstica e sexual, gravidez na adolescência, homoafetividade, falta de acesso às informações sobre sexualidade nas gerações anteriores, como homens e mulheres lidam com a autoimagem corporal.

Estudos recentes de Grossmann et al. (2019) e Harper et al. (2019) discutem como as famílias falam sobre sexo e comportamento sexual na adolescência. Grossmann et al. (2019) aponta a família estendida com um papel importante no diálogo sobre a sexualidade com os adolescentes; discute que muitas vezes os jovens buscam irmãos mais velhos, primos, tios, padrinhos e até mesmo avós como figuras de informação sobre sexo e comportamento sexual. Sobre as figuras parentais, em geral, tendem a perceber os pais com discurso moral e proibitivo sobre o sexo. Grossmann et al. (2019) também aponta a comunicação sobre sexualidade entre a família e os adolescentes como um fator protetivo para comportamentos sexuais de risco, os quais expõe os jovens à gravidez não planejada e infecções sexualmente transmissíveis. Na amostra de 952 adolescentes americanos, os pesquisadores encontraram uma maior abertura ao diálogo sobre sexo com a família estendida. Para adolescentes sexualmente ativos mostrou-se mais atrativo, em função do estágio do desenvolvimento e experiência deles, o diálogo sobre sexo seguro, pois encaram como incentivo para decisões mais cuidadosas nas suas práticas sexuais. Em contrapartida, os diálogos sobre adiar a iniciação sexual acabam tendo o efeito de não reconhecimento dos comportamentos sexuais dos adolescentes, transmitindo a mensagem de que é um comportamento errado, ruim e inadequado. Os pais acabam não sendo capazes de fornecer ferramentas para que os filhos experienciem sua sexualidade de forma segura. Portanto, nesta pesquisa, a família estendida aparece com um papel importante para adolescentes sexualmente ativos, pois apresentam um apoio menos crítico sobre os temas da sexualidade, quando comparado com os pais. Um apontamento dos pesquisadores é o incentivo da inclusão dos membros da família estendida nos programas de educação sexual, para que possam conversar e orientar os adolescentes em direção às experiências sexuais seguras e positivas.

Harper et al. (2019) também apontam a família estendida como uma das fontes de informações sobre sexo, comportamento sexual e sexualidade. Trazem as particularidades de adolescentes Afro-Americanos, pontos importantes dos aspectos culturais e familiares, onde muitas vezes às famílias estendidas tem um convívio intenso ou coabitam o mesmo local. Apontam uma preocupação das pesquisas encontradas e, também, das famílias com risco de violência do parceiro íntimo, gravidez não planejada, infecção por HIV, entre outras possíveis infecções sexualmente transmissíveis.

Um ponto interessante deste estudo está nas frases relatadas pelos adolescentes sobre o que ouviam sobre a tomada de decisão sobre o sexo, quais parceiros/as deveriam escolher, quantidade e qualidade da atividade sexual e saúde sexual, independente do gênero. No estudo os discursos familiares passaram desde argumentos como: “não faça sexo com ninguém”, “sua primeira relação sexual vai doer e sangra”, “seja cuidadosa e não faça isso com qualquer um”, “se você não fizer, outra garota vai fazer”, “se você não quer abrir as pernas para um garoto, diga não”, “a decisão de transar ou não é sua”, “é desagradável ter muitos parceiros/as”, “use preservativo, você é muito novo/a para ter bebês”. Cada família alerta seus adolescentes a partir de suas próprias vivências e experiências com o sexo e comportamento sexual, como podemos observar nos fragmentos dos discursos familiares.

Considerações Finais

Diante de todos os elementos levantados ao longo da construção deste artigo, podemos compreender que durante a história da humanidade os papéis de gênero, a vivência da atividade sexual, a função e significado do sexo foram se modificando por meio das representações sociais. A cultura e o entendimento sobre seus fenômenos se modificam com o avançar do tempo, assim como a sua influência nos sistemas familiares. Entretanto, apesar de estarmos no momento histórico com maior acesso à informação, nunca foram tão diversas as formas como as famílias tratam o tema da sexualidade e do sexo em si.

O fator transgeracional influencia diretamente nesta questão. É possível observar na literatura que filhos que recebem apoio dos seus pais, com maior tendência e facilidade

conseguem oferecer o mesmo a sua prole. É possível observar, também, na experiência clínica, que famílias cujos genitores tiveram espaço para discutir os temas da sexualidade na sua iniciação sexual, sem julgamento moral, há uma maior abertura ao diálogo sobre sexo e sexualidade com seus filhos, tornando fundamental um olhar para o campo social das representações, mas principalmente que os adultos possam olhar para si, dentro da sua vivência da sexualidade, para que possam abrir espaço para o diálogo e orientar seus filhos. Muitas vezes, genitores que tiveram uma experiência sexual difícil, traumática ou negativa, têm uma maior tendência a desestimular e até mesmo colocar o sexo como algo proibido e punitivo, afetando diretamente a possibilidade dessa nova geração construir uma sexualidade positiva.

Por fim, apesar de entender que ainda temos um caminho longo e árduo na implementação de projetos de educação sexual nas escolas e nas famílias, acreditamos, assim como diversos autores que pudemos ver aqui, que a informação é o melhor método de prevenção. Quando pensamos em prevenção, não falamos apenas de gravidez indesejada ou IST, mas principalmente a prevenção de uma vida sexual insatisfatória, acompanhada por falta de conhecimento, medos e frustrações. Nós, enquanto profissionais da área da saúde, temos a obrigação de aproximar todas as populações de temas tabus, para que se abra a possibilidade de novas representações sociais.

Referências

- American Psychological Association (2010). *Publication manual of American Psychological Association* (6ª ed.). American Psychological Association.
- Araújo, I. A. D., Queiroz, A. B. A., Moura, M. A. V., & Penna, L. H. G. (2013). Representações sociais da vida sexual de mulheres no climatério atendidas em serviços públicos de saúde. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 22, 114-122. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072013000100014>
- Barros, M. G. F. B., & Miranda, J. C. (2019). Sexualidade: perspectiva histórica e significação cultural. *Acta Biomedica Brasiliensia*, 10(1), 13-22. <https://doi.org/10.18571/acbm.195>

- Botton, A., Cúnico, S. D., Barcinski, M., & Strey, M. N. (2015). Os papéis parentais nas famílias: Analisando aspectos transgeracionais e de gênero. *Pensando Famílias*, 19(2), 43-56. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000200005
- Cardoso, H. F., & Baptista, M. N. (2020). *Família e intergeracionalidade* in Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção (2ª ed.). Organizadores Maycoln L. M. Teodoro, Makilim Nunes Baptista. Artmed.
- Chang, E. C., Chang, O. D., Martos, T., Sallay, V., Lee, J., Stam K. R., Batterbee C. N. H., & Yu, T. (2017). Family suport as a moderator of the relationship between loneliness and suicide risk in college students: having a supportive Family matters! *The Family Journal: Counseling and Theraphy for Coupes and Families*, 25(3), 257-263. <https://doi.org/10.1177/1066480717711102>
- Cross, C. H., Taylor, R. J., & Chatters, L. M. (2018). Family social support networks of African American and black Caribbean adolescents. *Journal of Child and Family Studies*, 27(9), 2757-2771. <https://doi.org/10.1007/s10826-018-1116-2>
- Dal Bello, L., & Marra, M. M. (2020). O fenômeno da transgeracionalidade no ciclo de vida familiar: casal com filhos pequenos. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 28(2), 118-130. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932020000200003&lng=pt&nrm=iso
- Falcke, D., & Wagner, A. (2014). A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição de conceitos. In A. Wagner (Org.). *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares* (pp. 25-46). EDIPUCRS.
- Foucault, M. (2011). *História da sexualidade, a vontade de saber*. Graal.
- Gonçalves, R. C., Faleiro, J. H., & Malafaia, G. (2013). Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. *Holos*, 5, 251-263. <https://doi.org/10.15628/holos.2013.784>
- Groisman, M. (2012). *Família é Deus: descubra como a família define quem você é* (3ª ed.). Núcleo de pesquisas.

- Grossmann, J. M., Lynch, A. D., Richer, A. M., DeSouza, L. M., & Ceder, I. (2019). Extended-Family talk about sex and teen sexual behavior. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 16(3), 480. <https://doi.org/10.3390/ijerph16030480>
- Harper, G. W., Motley, D. N., Tyler, A. T., Tyler, D. H., Catania, J. A., & Dolcini, M. M. (2019). “You’ve gotta be careful”: Familial messages regarding sexual behavior and sexual relationships among African American adolescents. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 16(7), 1146. <https://doi.org/10.3390/ijerph16071146>
- Hohendorff, J. V. (2014). Como escrever um artigo de revisão de literatura. In S. Koller, M. C. P. Couto, & J. V. Hohendorff. *Manual de produção científica* (pp. 39-54). Penso.
- Moscovici, S. (2010). *Representações sociais: investigações em psicologia social* (7ª ed.). Vozes.
- Santos, V. M. M., Carvalho, G. D., Fávero, M., & Gomes, V., (2019). *Dicionário de educação sexual, sexualidade, gênero e interseccionalidades* (1ª ed.). UDESC.
- Santos, S. M. P. S., Gonçalves, R. L., Azevedo, E. B., Pinheiro, A. K. D., Barbosa, C. A., & Costa, K. N. F. (2014). A vivência da sexualidade por mulheres no climatério. *Revista de Enfermagem da UFSM*, 4(1), 113-122. <https://doi.org/10.5902/217976928819>
- Vieira, K. F. L., Nóbrega, R. P. M. D., Arruda, M. V. S., & Veiga, P. M. D. M. (2016). Representação social das relações sexuais: um estudo transgeracional entre mulheres. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(2), 329-340. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001752013>
- Wagner, A. (2014). *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares* (1ª ed.). EDIPUCRS.
- Wong, M. T. O. (2017). Intergenerational family support for “Generation Rent”: the family home for socially disengaged young people. *Housing Studies*, 32(1), 1-23. <https://doi.org/10.1080/02673037.2017.1364713>
- WHO, 2015. *Sexual Health, Human Rights and the Law*. World Health Organization, Geneva. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/175556/9789241564984_eng.pdf

Endereço para Correspondência

Nathiele Tapia Schönhofen

E-mail: nathiele.schonhofen@gmail.com

Marli Kath Sattler

E-mail: marlisattler@gmail.com